

## Avaliação diagnóstica: Uma proposta pedagógica de acompanhamento da aprendizagem nas classes de alfabetização

### Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo avaliar a micropolítica desenvolvida na Rede Municipal de Ensino de Itapema/SC, intitulada: Diretriz Municipal “Acompanhamento da Alfabetização” que prevê acompanhamento do processo de aquisição da linguagem escrita das crianças a partir de avaliações diagnósticas de escrita nas turmas de 1º e 2º anos do ensino fundamental. As avaliações para identificar os níveis de escrita das crianças são realizadas na segunda quinzena dos meses de março, maio, agosto e outubro. Portanto verificou-se os resultados do processo de aquisição da linguagem escrita das crianças matriculadas no 1º ano de 2009 de duas escolas do ensino fundamental. Os resultados apontam que a intenção de acompanhar a aprendizagem das crianças a partir de avaliações sistemáticas é de grande valia, porém verificam-se problemas no processo, no qual precisa ser aperfeiçoado. A partir desta pesquisa pretendeu-se contribuir para identificar os pontos frágeis da Diretriz Municipal de “Acompanhamento da Alfabetização, subsidiando o município de Itapema/SC a melhorar a proposta, bem como a outros municípios subsidiar para elaboração de micro políticas.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Avaliação. Acompanhamento da Aprendizagem.

**Maira Gledi Freitas Kelling Machado**  
Prefeitura Municipal de Itapema  
maira@itapema.sc.gov.br

Nesta última década, intensificaram-se discussões acadêmicas sobre a temática “alfabetização” no sentido de pesquisar formas de atenuar o fracasso escolar nesta fase, pois se supõe que uma alfabetização com qualidade é a base para todos os anos escolares subsequentes.

A alfabetização tem sido uma questão bastante discutida pelos que se preocupam com a Educação, já que há muitas décadas se observam as mesmas dificuldades de aprendizagem, as inúmeras reprovações e a evasão escolar. (CAGLIARI, 1990, p. 8)

Para diagnosticar e aperfeiçoar a prática pedagógica, na tentativa de compreender e amenizar as reprovações advindas do processo de ensino aprendizagem, elaboram-se políticas públicas em nível nacional (macropolíticas) que por sua vez são desenvolvidas pelos municípios (micropolíticas).

O Ministério da Educação (MEC) tem importante contribuição para o desenvolvimento das micropolíticas ao lançarem documentos norteadores. Aos municípios cabe organizar suas micropolíticas, implementá-las, como por exemplo a ampliação do ensino fundamental para nove anos.

A Lei 11.274/2006 que amplia o ensino fundamental para nove anos de estudo iniciando aos seis anos de idade, assegurando a todas as crianças desta idade “um tempo mais longo de convívio escolar e, conseqüentemente, maiores oportunidades de aprendizagem” (BRASIL, 2007, p. 7) é uma das medidas que tem o intuito de garantir a qualidade da educação, evitando o fracasso escolar.

Os resultados de pesquisas (IBGE, INAF, PISA e SAEB) divulgam os índices de fracasso escolar confirmam o quanto é necessário intensificar estudos que contribuam para efetivamente reduzir esses fracassos, sobretudo na alfabetização, pois “se o aluno não se alfabetiza ou ele será reprovado ou terá dificuldades adicionais na escola”. (OLIVEIRA e SILVA, 2006, p.7)

Para tanto, variadas fontes são disponibilizadas para apresentar um mapeamento do fracasso escolar, apresentando indicadores de desempenho tanto da fase inicial da alfabetização, bem como os resultados de uma alfabetização mal sucedida. Esses

indicadores de reprovação e evasão escolar, ou seja, considerados fracassos escolares, demonstram que o Brasil ainda tem muito a conquistar, já que os números apresentados ainda são insatisfatórios em relação à qualidade da aprendizagem da linguagem escrita que se deseja alcançar até 2022.

Ainda que os índices divulgados sejam uma constatação, e que as interpretações dessas informações só acontecem à distância dos sujeitos, o tratamento e leitura de dados merecem um aprimoramento. Ao menos os índices de reprovação e evasão escolar têm direito a uma atenção minuciosa das escolas e secretaria de educação, próprio de uma problemática típica de outras regiões do país.

Diante dessas reflexões iniciais, ganha espaço o propósito de considerar o processo da alfabetização na perspectiva da avaliação diagnóstica para o acompanhamento da aprendizagem durante o processo de alfabetização.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) do município de Itapema/SC, preocupada com seus altos índices de reprovação, principalmente na alfabetização, organizou, junto com uma equipe de direção, especialistas e professoras alfabetizadoras, estudos no ano de 2007 e início de 2008, que pudessem contribuir para o acompanhamento da aprendizagem dos alfabetizandos e, conseqüentemente, houvesse uma redução no número de reprovação nesta etapa escolar.

A iniciativa do município de Itapema/SC está documentada na Diretriz “Acompanhamento da Alfabetização” resultante desses estudos, e instrumentos para avaliação diagnóstica de leitura e escrita elaborados pela equipe participante são utilizados mensalmente, sendo de responsabilidade das especialistas e professoras alfabetizadoras aplicá-los. A partir dessas avaliações diagnósticas, há o desenvolvimento de planos de ação diretamente ligado ao planejamento da professora, garantindo dessa forma, as intervenções necessárias para que cada criança alcance o sucesso escolar.

Nesse sentido, a intenção dessa pesquisa é de avaliar a micropolítica desenvolvida no município de Itapema/SC, intitulada: “Acompanhamento da Alfabetização”, a fim de trazer elementos para aperfeiçoar a prática docente, visando ao melhor desempenho das crianças. Pretende-se, portanto, analisar os resultados das avaliações realizadas nas

classes de alfabetização verificando se, por fim, proporcionarão melhores resultados no processo de aquisição da linguagem escrita dos alfabetizandos.

Para desenvolver a pesquisa e definir os sujeitos, utilizaram-se os resultados de 2009 nas avaliações da Provinha Brasil, teste 1, nas turmas de 2ª série do ensino fundamental. Dentre as escolas escolhidas, a “ESCOLA A” obteve o nível mais alto de desempenho (nível 4 e 5) e a “ESCOLA B”, o nível mais baixo (nível 2 e 3) de desempenho na Provinha Brasil.

O grupo de sujeitos pesquisados na “ESCOLA A” são 33 meninos e 22 meninas, num total de 55 crianças distribuídas em quatro turmas. Na “ESCOLA B” são 39 meninas e 32 meninos, num total de 71 crianças distribuídas em quatro turmas, totalizando 126 crianças pesquisadas nas duas escolas.

Portanto, a partir dos instrumentos de avaliações de escrita da diretriz municipal, esta pesquisa pretende analisar os resultados obtidos nas avaliações dessas duas escolas em turmas de 1º ano em 2009 do ensino fundamental do município de Itapema/SC, analisando o desenvolvimento da linguagem escrita ao longo do período, bem como identificando as evoluções individuais das crianças nas duas escolas.

Supondo que uma alfabetização efetiva é indicador da qualidade da educação, constatou-se que o estado da arte da alfabetização é bastante amplo. Porém, no período entre 2000 e 2010 há poucas pesquisas sobre a avaliação na alfabetização.

Bittencourt (2010) retrata os objetivos pretendidos nas dissertações e teses defendidas em Santa Catarina no período de 1999 a 2008, referente ao que chama de um subitem da alfabetização: aquisição da língua escrita. Na dissertação de Bittencourt (2010) não há evidências de pesquisas com intenção de avaliar uma micropolítica municipal, assim como essa pesquisa.

O estudo de Shiraishi e Carreiro (2010, p. 2) relata a experiência de formação continuada de professores de Brasília/DF, analisa “a elaboração de um instrumento de Acompanhamento Pedagógico Sistemático que seja capaz de atender as necessidades de aprendizagem dos alunos e apoiar a organização do trabalho pedagógico do professor e da escola [...]”.

Embora em perspectiva diferente desta pesquisa, já que Shiraishi e Carreiro (2010) não se propuseram a analisar os resultados que a política de avaliação da alfabetização proporcionou para a aprendizagem das crianças. O estudo dessas autoras traz algumas considerações e conclusões pertinentes para esta pesquisa.

Portanto, essa temática será analisada a partir do referencial teórico dos estudos de Ferreiro (1986) no qual concebe a criança como capaz de aprender e compreender o mundo em que vive e a escrita como objeto conceitual a ser aprendido. Rever a teoria da psicogênese é pertinente nesse trabalho por dois motivos: (1) é a base dos diagnósticos; (2) pela pesquisadora considerar pertinente o fundamento teórico da teoria da psicogênese da escrita.

Entende-se a criança como um sujeito cognoscente, ou seja, “capaz de compreender o mundo que o rodeia, e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca” (FERREIRO E TEBEROSKY, 1986, p. 26). Desta forma, a linguagem escrita é compreendida como um objeto conceitual, socialmente construído, em outras palavras, é algo a ser compreendido no sentido de para quê se usa e como se usa.

Ferreiro (2010) destaca a natureza social da linguagem escrita e o esforço cognitivo que a criança emprega para compreender o sistema da linguagem escrita:

Imersa em um mundo onde há a presença de sistemas simbólicos socialmente elaborados, a criança procura compreender a natureza destas marcas especiais. Para tanto, não exercita uma técnica específica de aprendizagem. Como já fez antes, com outros tipos de objeto, vai descobrindo as propriedades dos sistemas simbólicos por meio de um prolongado processo construtivo. (FERREIRO, 2010, p.44)

A criança está inserida num contexto social que favorece o entendimento da escrita como objeto cultural, pois entre as suas funções, a escrita aparece em variados contextos: embalagens, letreiros, placas de propaganda, jornais, revistas, TV. Além disso, ela também observa que os adultos que a rodeiam usam a escrita para se comunicar, fazendo anotações, escrevendo cartas, e-mail, lista de compras. Portanto, “a escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade”. (FERREIRO, 2010, p. 44)

A pesquisa desenvolvida por Ferreiro e Teberosky (1986) foi o marco para a alfabetização. As descobertas da pesquisa revolucionaram o que supostamente se sabia sobre como a criança aprende.

Segundo Ferreiro (2010) os indicadores mais apropriados para a compreensão de como a criança aprende o sistema alfabético são suas produções espontâneas, portanto sugere que “quando a criança escreve tal como acredita que poderia ou deveria escrever certo conjunto de palavras, está nos oferecendo um valiosíssimo documento que necessita ser interpretado para poder ser avaliado”. (FERREIRO, 2010, p.20)

Nessa perspectiva, Ferreiro e Teberosky (1986) descrevem os níveis de desenvolvimento percorrido pela criança no processo de aquisição da linguagem escrita, mostrando que o raciocínio da criança sobre a apropriação do sistema alfabético se dá por hipótese e erro.

Diante disso, os estudos de Ferreiro e Teberosky (1986):

[...] contribui para a superação da visão restrita de aprender a escrever simplesmente com uma aprendizagem de uma técnica. Esta perspectiva teórica apresentou a possibilidade de tratar a escrita como objeto conceitual. A escrita, sob o ponto de vista psicogenético, além de ser um instrumento de origem social e convencional, é também um sistema de representação de uma língua. Aprender a ler e a escrever requer a compreensão de como esse sistema funciona e o que ele representa. (FERREIRA, 2002, p. 25)

Também é evidente que o processo de aquisição da linguagem escrita inicia muito antes desta criança chegar à escola. Porém, a escola tem importante papel no desenvolvimento desse processo de aquisição da linguagem, haja vista que é na escola que as probabilidades de maior sucesso podem ser apuradas. É preciso deixar claro que “a escrita é importante na escola porque é importante fora da escola, e não o inverso” (FERREIRO, 1996, p. 20-21).

Para proporcionar uma alfabetização de forma que o domínio do sistema alfabético aconteça com qualidade, é vital o papel da professora nesse processo, criando condições para que a criança compreenda e domine o sistema alfabético e o

reconhecimento da escrita como uma forma de registro importante em nossa sociedade. (FERREIRO, 2010, p.59)

Contudo, Bolzan (2007, p. 29) enfatiza que “a proposta de atividades diversificadas envolvendo a cultura escrita, em sala de aula, possibilitará aos alunos e às alunas a reorganização de seus saberes a partir da interação social entre os pares”. À medida que a professora organiza as atividades de ensino considerando os níveis de escrita que a criança se encontra, numa preposição diagnóstica, proporcionará melhor atuação sobre o desenvolvimento da escrita que é um processo construtivo.

A Diretriz municipal “Acompanhamento da Alfabetização” que a partir de avaliações mensais tem como foco acompanhar a aprendizagem das crianças na fase da alfabetização, visa orientar o trabalho pedagógico de professoras e especialistas de classes de alfabetização, fornecendo instrumentos para diagnosticar e acompanhar a evolução da aquisição da linguagem escrita das crianças nesta etapa escolar, a fim de fornecer dados para ação pedagógica. Em síntese a diretriz propõe-se uma atuação preventiva a partir de interpretações dos dados diagnosticados, a fim de que a escola regularize o fluxo e amplie a possibilidade da aprovação.

Procurar-se-á apresentar uma análise de dados a partir das informações levantadas nas “ESCOLAS A e B” da rede municipal de ensino de Itapema/SC. Esta análise foi organizada a partir das avaliações de escrita que aconteceram na segunda quinzena dos meses de março, maio, agosto e outubro de 2009 com turmas de 1º ano e em março de 2010 nas turmas de 2º ano.

Apresentar-se-á os dados de 2009 e 2010, de forma macro e microanalítica. As informações de uma análise macro consideram os dados da escola de uma forma geral. Analisa-se o desempenho da escola ocorrido no período, isso permite dizer qual a escola apresenta o melhor desempenho.

Já as microanálises examinam os dados individuais das crianças, desta forma foi possível verificar e comparar as evoluções individuais com os resultados em relação às escolas. Ou seja, permite verificar se as crianças que evoluíram são as mesmas que iniciaram nos níveis mais baixos.

A evolução de aprendizagem da língua escrita das crianças pesquisadas ao longo do ano de 2009, conforme se pode observar no gráfico a seguir, parece ocorrer de forma gradativa e ascendente. Estes dados mostram, no momento das avaliações, ou seja, na segunda quinzena dos meses estabelecidos para parâmetro, o nível de compreensão do sistema alfabético que as crianças se encontram, segundo Ferreiro (2010).

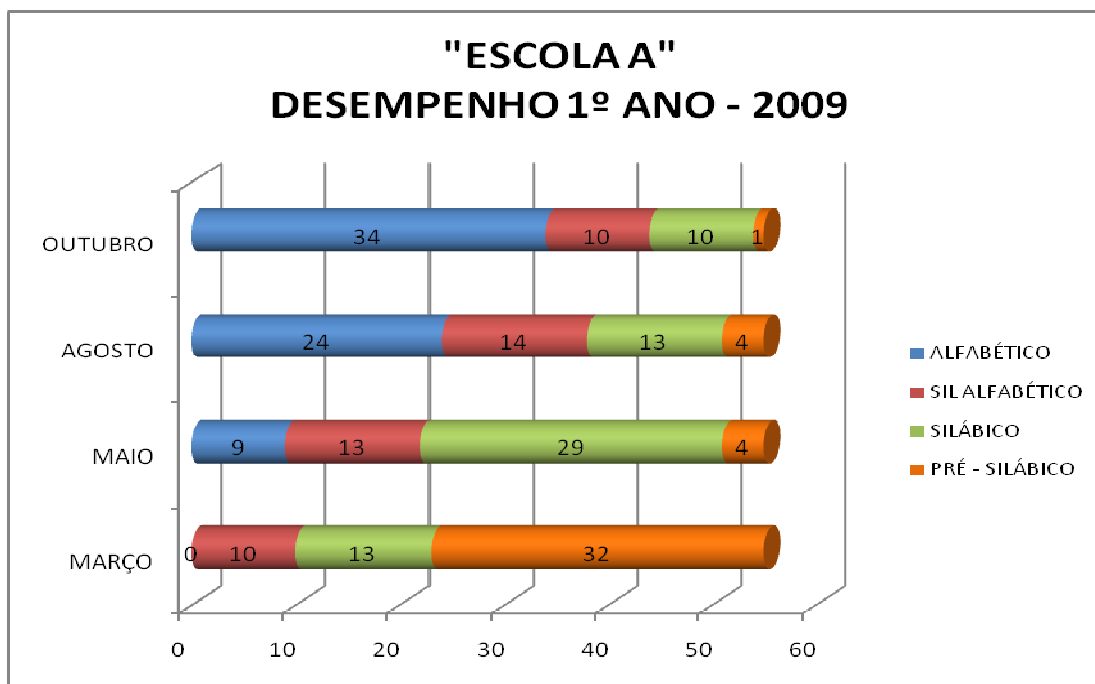


Gráfico 1 Desempenho 1º ano/2009 "ESCOLA A"

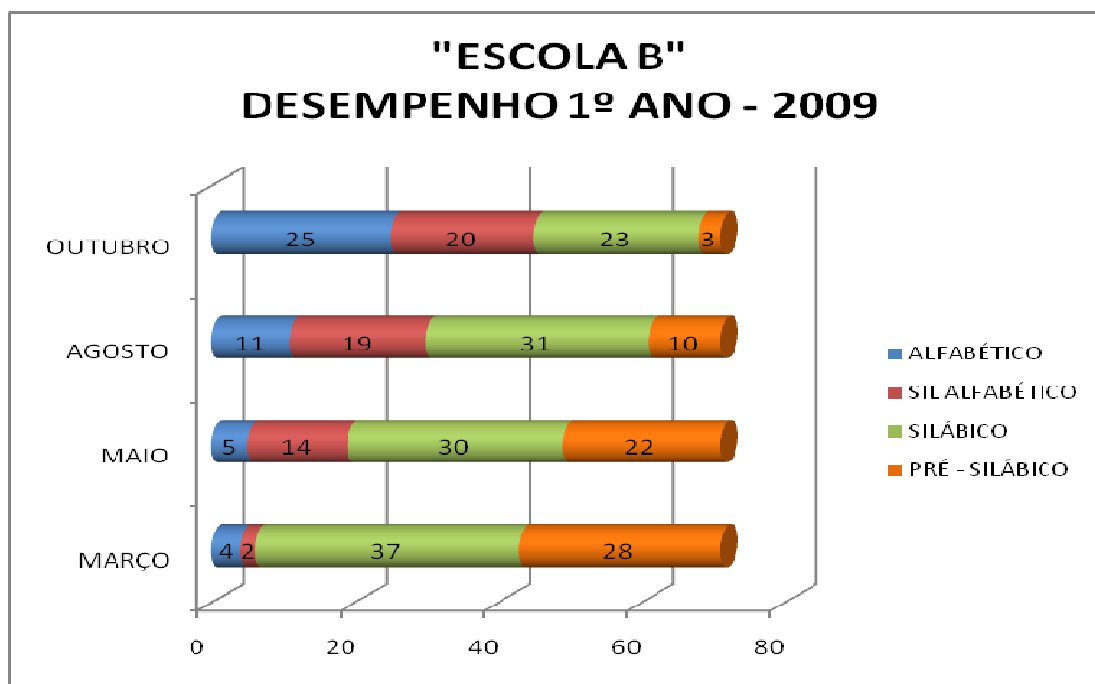


Gráfico 2 Desempenho 1º ano/2009 "ESCOLA B"



O número de crianças que atingiu o nível alfabético na última avaliação, em outubro de 2009 foi de 34 crianças, o que representa um percentual de 62% na “ESCOLA A”. Na “ESCOLA B”, são 25 crianças que alcançaram o nível alfabético, o que representa um percentual de 36%. As duas escolas que fazem parte desta pesquisa atingiram um percentual considerável no alfabético, mesmo sendo turmas de 1º ano, embora atingir este nível não é pré – requisito para concluir esta etapa escolar.

Ao se analisar o número inicial de pré – silábicos e silábicos em março de 2009, nas duas escolas, observou-se uma progressão de nível interessante dessas crianças para silábico – alfabético e alfabético em outubro, ou seja, na última avaliação de 2009.

O que se evidencia nas informações do gráfico de desempenho do 1º ano/2009 das escolas pesquisadas é que, ao longo do ano, as evoluções aconteceram. O gráfico não deixa dúvida, mas esse resultado não representa a evolução individual, mas sim a evolução das turmas do 1º ano, o que para o objetivo principal da política municipal, ou seja, que cada criança alcance o sucesso escolar, este dado geral pode apresentar resultados enganadores, ou seja, nos dá uma falsa impressão de evolução.

Como exemplo disso, a “ESCOLA A” inicia o ano com a maioria de suas crianças no nível pré – silábico (32) e na última avaliação este número inverte para alfabético (34). Mas, isso causa uma curiosidade: as 32 crianças pré – silábicas são as mesmas identificadas em outubro como alfabéticas?

Já a “ESCOLA B” apresenta certo equilíbrio, iniciando o ano letivo com a maioria das crianças no nível pré – silábico (28) e no nível silábico (37). Em outubro de 2009 (última avaliação), a maioria das crianças se apresenta nos níveis silábico – alfabético (20) e alfabético (25). Ainda que em diferentes proporções, a mesma questão surge: são as mesmas crianças? Assim percebeu-se a necessidade de identificar como ocorreu a evolução de cada criança.

Os gráficos 1 e 2 confirmam um desenvolvimento significativo da aprendizagem verificada em todas as avaliações de escrita nas turmas de 1º ano em 2009. Porém, não evidencia o que se quer identificar sobre as possíveis evoluções e discrepâncias nos resultados das avaliações de escrita entre as escolas.

Então, numa análise mais apurada, entende-se que não se percebiam as evoluções individuais, para tanto, utilizou-se a mesma figura ilustrativa dos padrões evolutivos de Ferreiro (2010) para delinear o desenvolvimento de cada criança no ano de 2009. A partir disso, constatou-se que só uma microanálise poderá demonstrar a trajetória das crianças entre os níveis de escrita. Qual foi a caminhada que cada criança fez? Quais crianças evoluíram ou permaneceram no mesmo nível de escrita? Houve regressões?

Embora as avaliações aconteçam num intervalo de 2 a 3 meses, isso não quer dizer ser o tempo necessário para a criança evoluir de um nível a outro, cada criança tem seu tempo para compreender o sistema alfabético. As variações de tempo dependem de cada criança, ou seja, “pode-se falar dos passos seguidos pelas crianças em seu desenvolvimento bem como pode-se falar da velocidade desse desenvolvimento, isto é, do tempo necessário para chegar ao final” (FERREIRO, 2010 p. 87). Além disso, deve-se considerar o tipo de mediação pedagógica que ela está inserida.

Como se viu, uma macroanálise dos dados fornece indícios importantes da aprendizagem da escrita, por escola, porém, não fornece os subsídios fundamentais da avaliação no que se refere aos aspectos pedagógicos. Utilizou-se o modelo dos padrões evolutivos<sup>1</sup> de Ferreiro (2010) para uma microanálise dos aspectos da avaliação tanto na “ESCOLA A” como na “ESCOLA B” (ver quadro 1 e 2).

Nesta organização por padrões evolutivos visualizaram-se os grupos de crianças demonstrando o seu desenvolvimento no momento da realização das avaliações nas duas escolas pesquisadas. Vale ressaltar que não foi considerado o grupo de crianças já alfabetizadas no momento da primeira avaliação, como pode ser percebido no quadro da “ESCOLA B”.

O primeiro grupo de crianças evoluiu de um nível a outro sem omitir nenhum passo. Na “ESCOLA A”, essa evolução representa 82% das crianças. Na “ESCOLA B”, são 81%. Assim como em Ferreiro (2010), nenhuma das crianças que se encontrava no nível

---

<sup>1</sup>As informações organizadas no quadro 1 e 2, se referem ao nível que a criança se encontra no momento das avaliações. Cada linha representa a caminhada que a criança fez ao longo do ano escolar. Certos níveis não foram evidenciados, o que não significa que as crianças tenham realmente pulado um ou mais níveis de escrita, pois as avaliações informam o nível que a criança se encontra naquele momento.

silábico – alfabético em alguma das avaliações entre março e outubro, permaneceu neste nível de escrita durante o ano escolar, ou seja, todas elas evoluíram para o nível alfabético.

O segundo grupo de crianças também demonstra um desenvolvimento evolutivo, mas não apresenta um dos níveis em alguma das avaliações, ou seja, no momento da realização da avaliação, a criança pode já ter passado por esta etapa, o que para este momento de diagnóstico, não pode ser verificado pela professora. Esse número é representado por 11% na “ESCOLA A” e 3% na “ESCOLA B”. Nas duas escolas não se identificou o mesmo grupo de crianças assim como na tabela de Ferreiro (2010), ou seja, mesmo demonstrando os mesmos padrões de evolução, não se perceberam crianças que evidenciem alguns dos níveis de escrita no momento da realização das avaliações.

Esses dois primeiros grupos de crianças sinalizam que 93% na “ESCOLA A” e 84% na “ESCOLA B” demonstraram um quadro evolutivo. Somente três crianças foram sinalizadas pela escola como regressões, assim como, um grupo de crianças, que se apresenta no nível pré – silábico na primeira avaliação e na avaliação seguinte já se tornou alfabético se confirma apenas na “ESCOLA A” sinalizado por 5%.

O terceiro grupo de crianças aparece como as que não evoluíram em nenhuma outra avaliação, ou seja, permaneceram no mesmo nível diagnosticado em março, durante todo o ano letivo. Nesse caso a diferença é grande, sendo 2% na “ESCOLA A” e 16% na “ESCOLA B”.

Dessa forma, numa visão macro, a leitura das informações novamente confirma que as evoluções aconteceram. Embora esses grupos de crianças evidenciam significância no desenvolvimento, chama a atenção as crianças que evoluíram do nível pré – silábico para o silábico e neste nível permaneceram durante todo o ano letivo. Este fato é sinalizado por 18% na “ESCOLA A” e 22% na “ESCOLA B”. Agregando também a porcentagem de crianças que permaneceram no nível silábico, num total de 12% na “ESCOLA B”, têm-se-ão, portanto, 34% de crianças que durante todo o ano letivo alcançaram o nível silábico.

Então, a partir dessa organização, a evolução de aprendizagem conforme a trajetória que cada criança fez, é revelada. Caso se utilize apenas o escopo de crianças que partiram do nível pré – silábico (março/2009) e que alcançaram o nível alfabético na última avaliação (outubro/2009), a informação obtida é interessante. Portanto, a partir da organização do quadro 1 e 2, a dúvida questionada anteriormente de que as crianças que iniciaram o ano no nível pré – silábico são as mesmas que em outubro se encontram no nível alfabético, torna-se evidente.

Das 32 crianças, segundo gráfico 1, diagnosticadas no nível pré – silábico na “ESCOLA A” em março, somente 12 crianças alcançaram o nível alfabético em outubro, as outras 20 crianças alcançaram outros níveis, ou seja, ficaram aquém do nível alfabético. Já na “ESCOLA B” das 28 crianças, segundo gráfico 2, diagnosticadas no nível pré – silábico (março/2009), apenas uma criança alcançou o nível alfabético (outubro/2009), tendo as outras 27 crianças ficado pelo caminho.

Então, o número constituído de 34 crianças alfabéticas em outubro/2009 na “ESCOLA A” apresentado pelo gráfico 1 é formado, na sua maioria, por 22 crianças que alcançaram o nível alfabético partindo de outros níveis de escrita: silábico (12) e silábico – alfabético (10). A “ESCOLA B” apresenta 25 crianças alfabéticas em outubro, conforme gráfico 2; dessas, 20 crianças alcançaram o nível alfabético partindo de outros níveis: silábico (18) e silábico – alfabético (2). Vale lembrar que a “ESCOLA B” já confirmava quatro crianças no nível alfabético na primeira avaliação, ou seja, em março de 2009.

Perante esta constatação, essa investigação abrange que duas interpretações são elementares: (1) partindo da macroanálise, pode-se dizer que o acompanhamento sistemático nas classes de alfabetização proporciona melhores resultados nas avaliações; (2) considerando uma microanálise nas evoluções individuais das crianças, percebe-se os avanços, porém sem grandes progressos na aprendizagem ao longo do período de 2009.

Em 2010, as crianças agora estão matriculadas e frequentando o 2º ano do ensino fundamental de nove anos. A partir dos resultados das avaliações das crianças em março de 2010, continua o mesmo processo analítico: macro e micro. A seguir se apresentam as

macroanálises dos resultados das avaliações, obtidas em março de 2010, nas duas escolas pesquisadas:

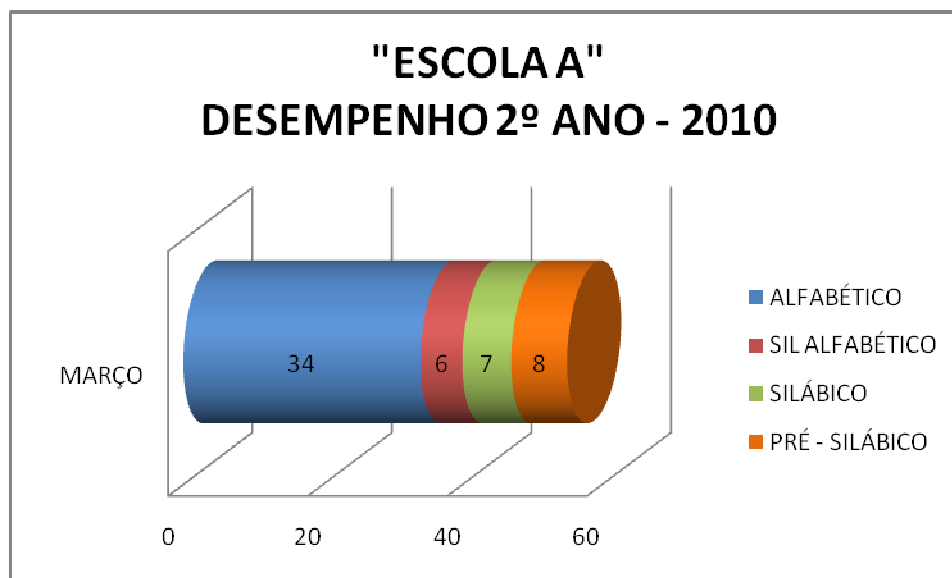


Gráfico 3 Desempenho do 2º ano 2010 - "ESCOLA A"

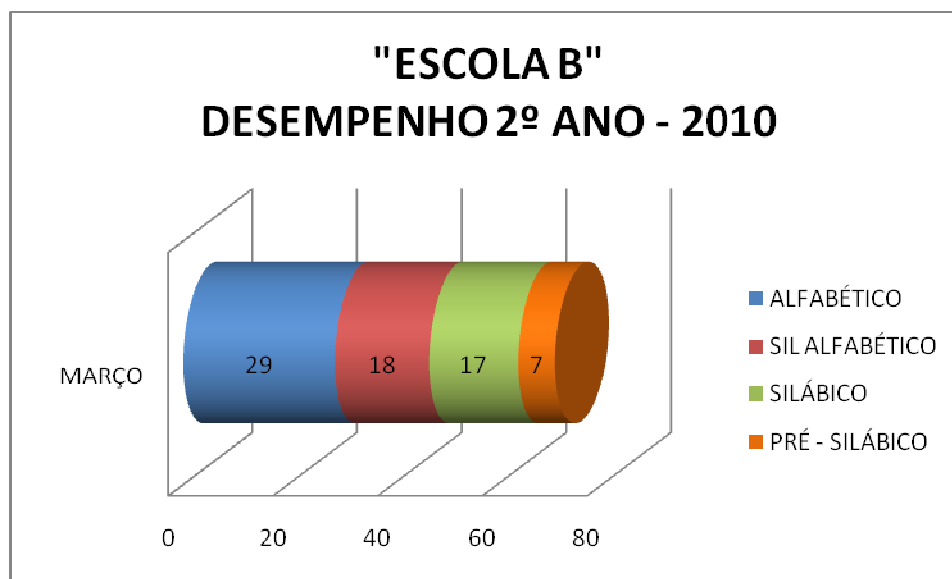


Gráfico 4 Desempenho do 2º ano 2010 - "ESCOLA B"

Conforme evidenciado no gráfico 3, na “ESCOLA A” a maioria das crianças, cerca de 62%, estão no nível alfabético. Na “ESCOLA B”, conforme gráfico 4, a maioria das crianças está em outros níveis de escrita, num total de 59%. Apenas 41% das crianças se encontram no nível alfabético na “ESCOLA B”.

Fazer o levantamento de dados e organizá-los desta forma, apenas demonstra que evoluções estão acontecendo, mas novamente não informa quais crianças estão evoluindo ou quais não evoluíram. Novamente, não evidencia nesse momento, uma das questões a qual esta pesquisa se propõe: comparar os resultados obtidos entre 1º e 2º ano.

Então, relacionando os resultados das avaliações realizadas em outubro de 2009 com as avaliações realizadas em março de 2010, percebe-se que as crianças apresentaram desempenhos diferentes nestas avaliações, ou seja, algumas crianças regrediram de nível e poucas evoluíram, mesmo passados cinco meses entre uma avaliação e outra. Esse resultado nos instiga.

Portanto, para identificar as possíveis evoluções e discrepâncias nas avaliações de escrita organizou-se um gráfico para auxiliar as microanálises, considerando como ponto de partida de análise, a primeira avaliação realizada em março de 2010 (representada pela barra amarela no gráfico 5) confrontando-a com a última avaliação em outubro de 2009, permitindo um comparativo entre elas. Nesse comparativo, observaram-se os avanços e ou regressões neste período.

Vejamos o gráfico comparativo entre as avaliações realizadas pela “ESCOLA A”:

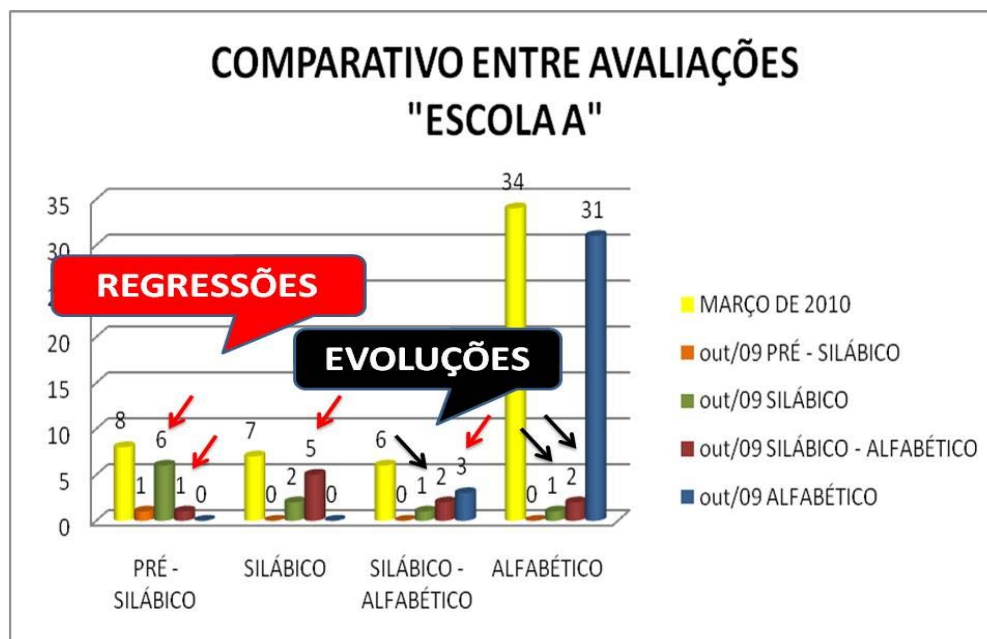


Gráfico 5 Comparativo entre as avaliações - "ESCOLA A"

Os dados coletados em março de 2010 demonstram avanços de apenas 4 crianças, sendo uma do nível silábico para o silábico – alfabético e outras três crianças para o nível alfabético. Outras crianças se apresentam numa condição de regressão e outras não evoluíram neste período, segundo os resultados das avaliações aplicadas pelas professoras em março de 2010, na “ESCOLA A”.

O ponto mais instigante volta-se para dois grupos de crianças que supostamente ainda são pré – silábicos e silábicos em março de 2010, segundo o diagnóstico inicial das professoras do 2º ano.

Das oito crianças sinalizadas em março de 2010, conforme gráfico 3, que se encontram no nível pré – silábico, seis delas foram diagnosticadas em outubro de 2009 no nível silábico e uma criança no nível silábico – alfabético. Apenas uma criança ainda encontra-se no nível de escrita pré - silábico, conforme evidenciado no gráfico 3. O mesmo ocorre com as sete crianças que são identificadas como silábicos, na qual cinco delas já apresentavam características de silábico – alfabético em outubro de 2009, as outras duas crianças encontram-se no mesmo nível, não evidenciando evolução.

Portanto, tem-se uma diferença de sete crianças do grupo pré – silábico e cinco crianças do grupo silábico que supostamente regrediram, segundo avaliação das professoras em março de 2010. Essa diferença nos causa estranheza, portanto nos cabe indagar: o fato de ter pessoas diferentes realizando as avaliações e interpretando os resultados poderá influenciar nos dados diagnosticados entre outubro de 2009 e março de 2010? O que pode ter ocorrido com as crianças neste intervalo? As crianças realmente regrediram ou houve interpretação equivocada nos diagnósticos?

Já no gráfico 6 da “ESCOLA B” os dados coletados também se apresentam de forma semelhante:

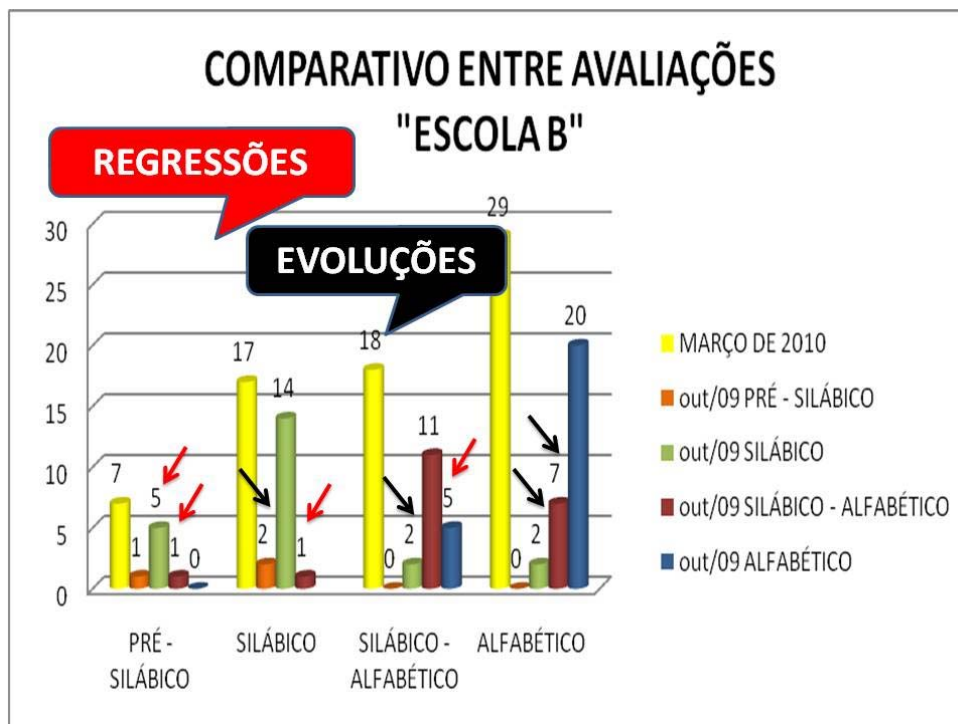


Gráfico 6 Comparativo entre as avaliações - "ESCOLA B"

As crianças que evoluíram nos níveis conceituais são apresentados nos grupos de alfabético (9) e silábico – alfabético (2). A “ESCOLA B” apresenta dois grupos de crianças que supostamente regrediram (pré – silábico e silábico), das sete crianças sinalizadas em março de 2010, conforme gráfico 4, que se encontram no nível pré – silábico, cinco delas já haviam sido diagnosticadas em outubro de 2009 no nível silábico e uma criança no nível silábico – alfabético. Já no grupo de crianças do nível silábico o que chama a atenção são as dezessete crianças que permanecerem neste nível em março de 2010.

Outro fato evidenciado pelos gráficos 5 e 6, da “ESCOLA A” e da “ESCOLA B” é que crianças que já foram diagnosticadas no nível alfabético em outubro de 2009, apresentaram regressões para o nível silábico – alfabético em março de 2010 (3 e 5 crianças respectivamente). Apresentam também, crianças que não evoluíram: duas crianças na “ESCOLA A” e onze crianças na “ESCOLA B”. Segundo Ferreira (2010, p. 29) “O período silábico – alfabético marca a transição entre os esquemas prévios em via de serem abandonados e os esquemas futuros em vias de serem construídos”. Portanto justifica-se que neste período esta regressão é aceitável, pois este é um momento transitório e de ocasiões de conflito, as crianças podem apresentar-se ora no nível



silábico, ora no nível alfabético. Ferreiro (1986, p. 211) explica o quanto é difícil este momento, já que para a criança compreender e “coordenar as múltiplas hipóteses que foi elaborando no curso dessa evolução, assim como as informações que o meio forneceu” para assim alcançar a hipótese alfabética.

Tanto a “ESCOLA A” quanto a “ESCOLA B” apresentaram crianças que no ano anterior regrediram. As informações obtidas pelas avaliações de março de 2010 tanto na “ESCOLA A” como na “ESCOLA B” sugere uma questão de alerta: o que incidiu às crianças avaliadas em nível silábico e ou silábico – alfabético em outubro de 2009 regredirem para pré – silábico em março de 2010? Diante desta questão, podemos levantar algumas hipóteses questionáveis:

- Estes diagnósticos sendo realizados por pessoas diferentes induz a ter resultados diferentes?
- As atividades utilizadas para realizar os diagnósticos em 2010 podem ter questões de complexidade maior do que as atividades utilizadas em 2009?
- Os critérios de interpretação do avaliador para os níveis de escrita foram fidedignos?
- As avaliações realizadas nas turmas de 1º ano de 2009 foram consideradas como ponto de partida para a avaliação inicial de março de 2010 nas turmas de 2º ano?

Desta forma, dentre os questionamentos apresentados, com essa apresentação dos dados, fica evidente que as escolas pesquisadas não consideraram as avaliações do ano anterior como ponto de partida para as avaliações de março de 2010.

Embora essas crianças tenham sido diagnosticadas pelas professoras como pré – silábicos, ao compararmos estes resultados com os da Provinha Brasil, estes são conflitantes, o que causa estranheza: se a criança é pré – silábico e ou silábico na segunda quinzena de março de 2010, como pode apresentar um resultado na Provinha Brasil entre os níveis 3 e 4, mesmo num intervalo de aproximadamente quinze dias entre uma avaliação e outra?

Logo, diante dessas informações e confrontando os resultados obtidos pelo acompanhamento da alfabetização, numa macroanálise, constataram-se que os resultados alcançados por essas crianças na Provinha Brasil ficaram entre os níveis 3 e 4, conforme guia de correção e interpretação de resultados (1º semestre/2010) da Provinha Brasil, demonstrando que elas têm mais habilidades que as apresentadas nos resultados das avaliações do acompanhamento da alfabetização.

Portanto, após todas essas análises a partir das avaliações realizadas com as crianças do 1º e 2º anos do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Itapema/SC, embora com equívocos de interpretações, fica evidente que as crianças evoluíram. A comprovação dessas evoluções ganham credibilidade com os resultados da aplicação da Provinha Brasil.

As informações obtidas a partir das avaliações diagnósticas realizadas pelas escolas pesquisadas e organizadas por esta pesquisa de forma a proporcionar uma macroanálise forneceram indícios comprobatórios de que, para uma visão geral as evoluções de aprendizagem na alfabetização de fato aconteceram. Embora, também tenha sido evidenciado que somente uma microanálise comporta verificar as evoluções individuais, permitindo assim, mapear quais crianças evoluíram ou não no desenvolvimento da aquisição da linguagem.

Somente numa microanálise, verificaram-se as evoluções individuais da aprendizagem da escrita, portanto os dados apresentados de forma macroanalítica podem trazer informações mascaradas. Os dados gerais só servem para o gestor identificar a quantidade e ou percentual de crianças que se apresentam neste ou naquele nível de aprendizagem. Esta organização macro analítica mascara o que realmente acontece no processo.

Diante da intenção do município de Itapema/SC em apresentar e desenvolver uma proposta que pudesse contribuir para o acompanhamento da aprendizagem e conseqüentemente para o sucesso da alfabetização das crianças, verificou-se que os resultados apresentados nas avaliações indicam condições de sucesso, porém

identificam-se problemas relacionados com o processo, no qual sugere-se ser aperfeiçoado.

Só acompanhar não basta é preciso realizar intervenções pedagógicas que propiciem avanços de qualidade. Os envolvidos no processo precisam conhecer os níveis de desenvolvimento para o domínio da linguagem escrita, a fim de realizar intervenções pedagógicas sistemáticas e significativas. É preciso perceber a função da escola como importante papel para que a criança chegue ao nível alfabético fazendo o uso da linguagem escrita partir de práticas em contexto de sentidos. Desconsiderar os estudos, descoberta de FERREIRO (1986), é desconsiderar como a criança aprende.

Se esta análise, citada anteriormente, tivesse a intenção de replicar a pesquisa de Ferreiro (1986, p. 246), sem dúvida, corroboraria com sua afirmação de que durante o ano escolar, as crianças que finalmente alcançam o nível alfabético “são aquelas que partiram de níveis bastante avançados na conceitualização”. Isto só confirma a necessidade de a equipe escolar e as professoras estarem atentas às crianças que avançaram pouco e ou não progrediram no ano escolar. Para estes casos as intervenções necessitam ser pontuais e imediatas, considerando os conhecimentos do desenvolvimento da aprendizagem.

Gomes (2007) destaca que não é só a atividade que produz interações, mas sim, a intencionalidade e a ação do professor, juntamente com seus conhecimentos a respeito da construção da escrita e leitura, bem como sua sensibilidade em relação às necessidades de seus alunos potencializando as atividades para este fim. Reforça ainda, que é importante a professora desenvolver atividade motivadora, valorizando a produção da criança, mobilizando-o a investigar e a enfrentar os desafios relativos à aprendizagem da linguagem escrita.

Silva (2007) constatou,

[...] que o processo de aquisição da linguagem escrita necessita ser planejado e desenvolvido de forma sistêmica, reafirmando nossa premissa de que as professoras necessitam estabelecer uma relação entre as observações que fazem das crianças e de seus entornos com suas práticas e seus planejamentos, para, para que ambos se tornem

processos que possam se complementar, produzindo uma ação dinâmica e contínua. (SILVA, 2007, p. 90)

Segundo Ferreiro (2010, p. 91) “é a escola quem tem a responsabilidade social de alfabetizá-las”, assim, a leitura das informações ponderando este fato, certamente darão indícios para que as intervenções necessitam ser mais atenciosas e pontuais. Para tanto é importante conhecer as etapas que a criança percorre no processo de desenvolvimento cognitivo para “resolver problemas de ritmos de desenvolvimento”, o que as políticas educacionais geralmente não consideram, ficando a cargo das práticas e experiências das professoras. (FERREIRO, 2010, p. 87).

Os resultados desse estudo pretendem contribuir com a elaboração de micropolíticas, de forma a identificar os pontos frágeis da diretriz de acompanhamento da alfabetização, bem como subsidiar o município de Itapema/SC a melhorar a proposta.

A partir desta pesquisa, fica evidente que todo processo de micropolítica precisa ser constantemente acompanhado e avaliado a fim de melhorar o processo de ensino aprendizagem. Todas as ações educativas que decorrem de uma micropolítica devem estar pautado em alcançar um objetivo principal, ou seja, o sucesso das crianças nas aprendizagens escolares.

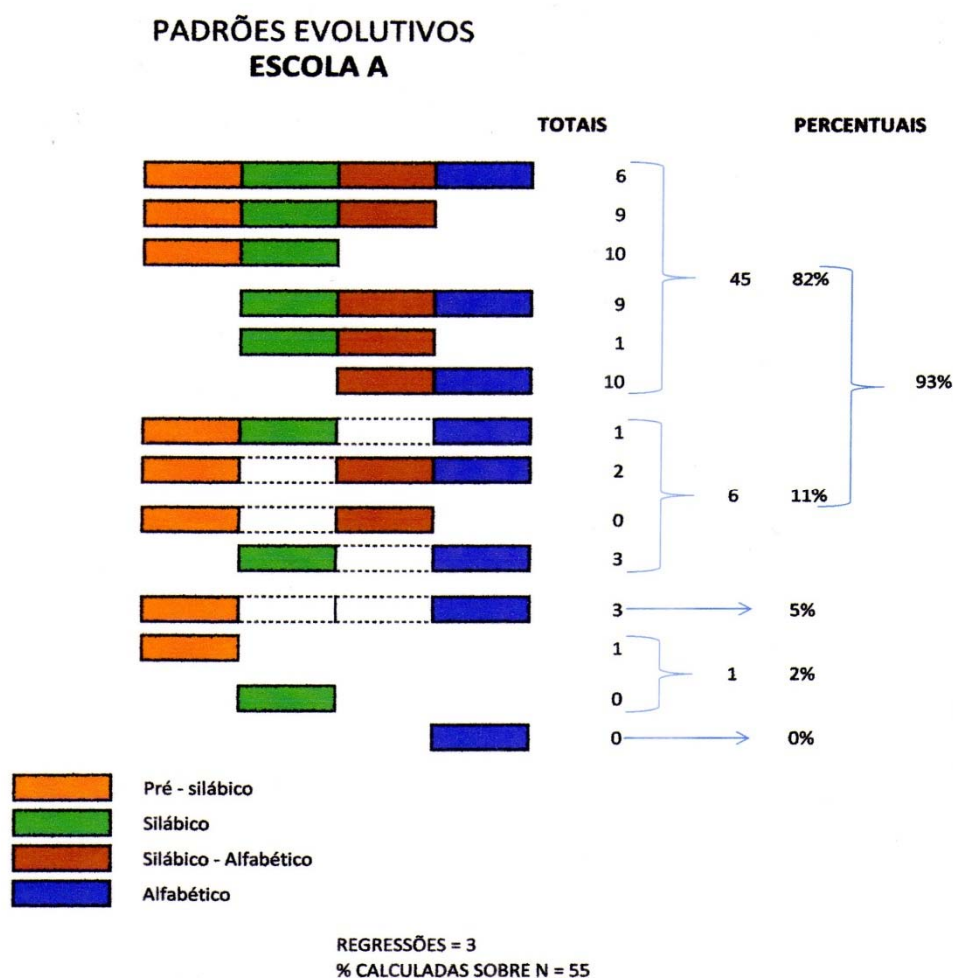
Em síntese, como esta pesquisa se limita à interpretação dos dados apresentados pelas escolas, esses resultados possibilitam alertar os envolvidos no processo da importância de se preocupar com algumas questões levantadas anteriormente, na qual se sugere maior atenção:

- Estudar e aprimorar os parâmetros dos níveis de escrita definidos na diretriz municipal, aproximando-os aos definidos pelos estudos de Ferreiro;
- Estar constantemente atentos ao desempenho de suas crianças prevendo ações para que elas tenham garantias de sucesso na alfabetização;
- Realizar agrupamentos produtivos para intervenções pontuais a fim de dar condições adequadas para a criança demonstrar evolução de aprendizagem;
- Prever atividades que servirão de diagnósticos considerando as escritas espontâneas das crianças;

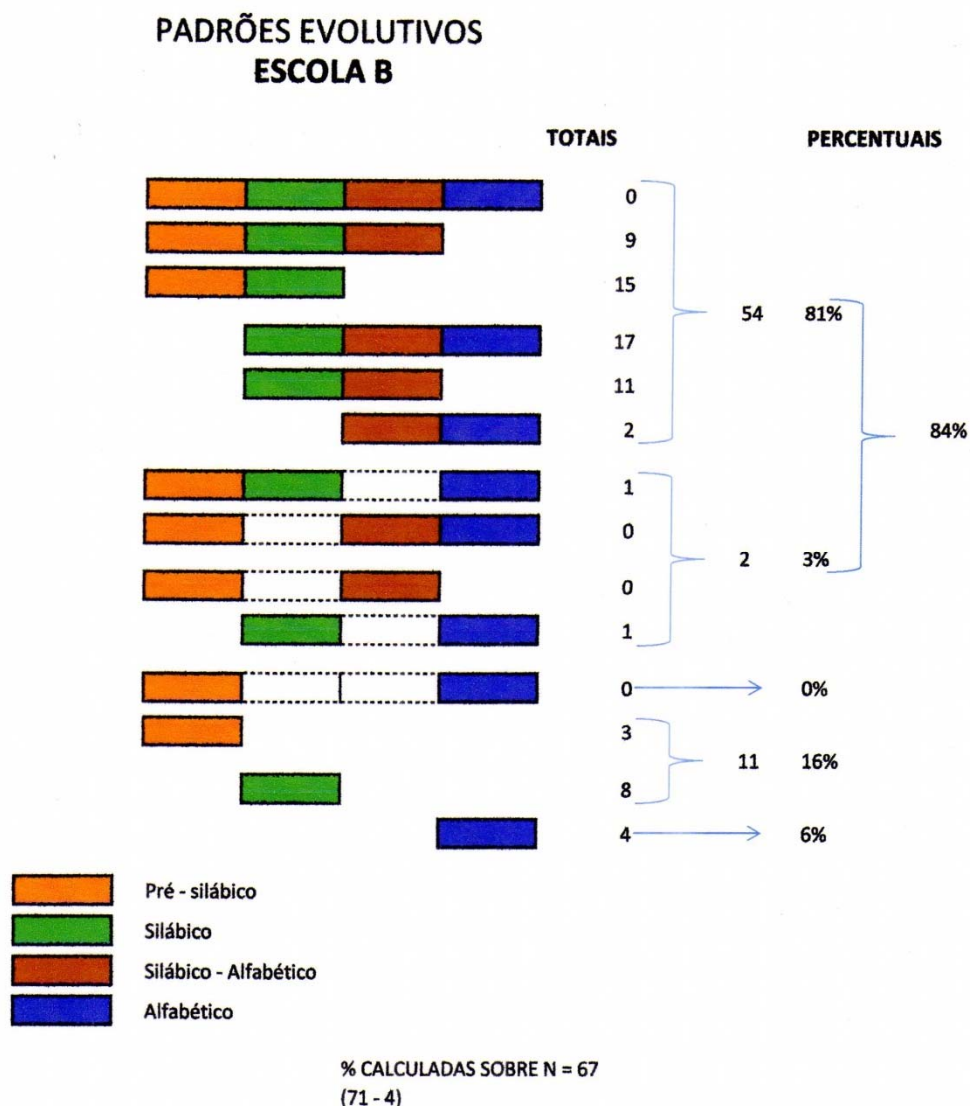
- Considerar o acompanhamento da aprendizagem ocorrido no ano anterior como ponto de partida para o ano seguinte;
- Elaborar instrumento para acompanhamento após as crianças alcançarem o nível alfabético, definindo demais habilidades que precisam ser consideradas nos anos subsequentes aos do ciclo inicial da alfabetização;
- Utilizar os resultados das avaliações para elaboração de estratégias ao atendimento à criança;

Sendo assim, essa pesquisa pretendeu contribuir com a Secretaria Municipal de Educação, bem como as escolas municipais para identificar os pontos frágeis da Diretriz Municipal de “Acompanhamento da Alfabetização, subsidiando o município de Itapema/SC a melhorar a proposta, bem como a outros municípios.

Quadro 1 Padrões Evolutivos "ESCOLA A"



Quadro 2 Padrões Evolutivos "ESCOLA B"



## Referências

BITTENCOURT, Eliane de Oliveira. Aquisição da língua escrita um estudo de teses e dissertações de Santa Catarina 1999/2008. 2010. 85p. Dissertação, UNIVALI, Itajaí, 2010.

BRASIL. Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Fonte: [http:// www.portalmec.gov.br](http://www.portalmec.gov.br). Acesso em: 25/06/2009.

\_\_\_\_\_. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 135 p.: il.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Lingüística.** São Paulo. 2ª Ed. Editora Scipione. 1990.

FERREIRA, Valéria Silva. Relações entre consciência fonológica e aquisição da linguagem escrita: estudo com crianças pré escolares. 2002. Tese. PUC-SP, São Paulo, 2002

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita.** Porto Alegre. Ed. Artmed, 1986.

\_\_\_\_\_, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização.** São Paulo. Cortez, 25ª Ed. 2010.

\_\_\_\_\_, Emília. **Com todas as Letras.** São Paulo. Cortez, 5ª Ed. 1996.

\_\_\_\_\_, Emília. **Alfabetização em Processo.** São Paulo. Cortez, 5ª Ed. 1989.

ITAPEMA. Acompanhamento da Alfabetização. In: **Diretrizes de Gestão Pedagógica.** 2008.

MACHADO, Maira Kelling. A avaliação diagnóstica na construção da leitura e da escrita em classes de alfabetização: um estudo sobre o acompanhamento de atividades pedagógicas. In: Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul, VIII, 2010, Londrina/PR. Anais do VIII ANPED SUL. Londrina: 2010.

OLIVEIRA, João B.A. Avaliação em alfabetização. **Ensaio**, V. 13, N. 47, pp. 375-383, Jul-Set 2005.

\_\_\_\_\_, João B.A; SILVA, L.C.F. O impacto das séries iniciais: educação infantil, analfabetismo funcional e equidade. In: **SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL: PRIORIDADES**, IETS, 2006, Rio de Janeiro. Anais Eletrônicos,

2006. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/article.php?id\\_article=681](http://www.iets.org.br/article.php?id_article=681)>. Acesso em 21 jun. 2009.

SHIRAIISHI, Ester Gomes. CARREIRO, Soraneide Dantas. A construção de um instrumento de um acompanhamento pedagógico sistemático: para promover a proficiência leitora e escritora na fase inicial da escrita. *In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, XV, 2010, Belo Horizonte. Anais do XV ENDIPE. Belo Horizonte: 2010.*